

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO HISTÓRICA	15
1 A antigüidade e a doença do trabalho	15
2 A primeira atividade industrial do homem	16
3 Das lutas tribais – A escravidão.....	17
4 Direito romano – <i>Lex acqulia</i>	18
5 A revolução industrial.....	18
6 Evolução industrial. Necessidade de regras disciplinadoras do trabalho	19
7 Infortúnio do trabalho e o Direito Civil	20
8 Evolução do direito social e o infortúnio do trabalho	23
9 Ausência de proteção aos trabalhadores – Reações dos trabalhadores – Rebeliões.....	25
10 Bernardino Ramazzini – Sistematização das enfermidades do trabalho.....	26
11 A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as enfermidades profissionais.....	27
12 A saúde do trabalhador – Miséria – Problemas socioculturais	28
CAPÍTULO II – TEORIAS DO INFORTÚNIO LABORAL	31
Introdução às teorias	31
1 Teoria da responsabilidade extracontratual.....	32
2 Teoria da responsabilidade contratual.....	33
3 Teoria do caso fortuito.....	34
4 Teoria da responsabilidade objetiva.....	35
5 Teoria do risco profissional	36
6 Teoria do risco da autoridade.....	39
7 Teoria da responsabilidade social	40
CAPÍTULO III – CRONOLOGIA DAS LEGISLAÇÕES ACIDENTÁRIAS NO BRASIL	43
1 Primórdios da legislação no Brasil – O Código Comercial Brasileiro.	43

2	Decreto 3.724, de 15.01.1919	46
3	Decreto 24.637, de 10.07.1934	48
4	Dec.-lei 7.036, de 10.11.1944	50
5	Dec.-lei 293, de 28.02.1967	54
6	Lei 5.316, de 14.09.1967.....	55
7	Dec.-lei 893, de 26.09.1969 (Republicado em 09.10.1969).....	57
8	Lei 6.195, de 19.12.1974.....	60
9	Lei 6.367, de 19.10.1976.....	60
CAPÍTULO IV – LEI 8.213, DE 24.07.1991		65
1	Considerações iniciais – A seguridade social.....	65
2	Aplicação da Lei 8.213/91	73
3	A idéia de acidente – Definição de acidente do trabalho na lei em vigor	74
4	Acidente tipo – Art. 19 da Lei 8.213/91.....	81
5	Doenças profissionais ou tecnopatias – Doenças das condições de trabalho ou mesopatias – Tabelas e anexos – Art. 20, I e II, da Lei 8.213/91	82
6	Moléstia concausal ou por equiparação – Art. 21, I da Lei 8.213/91	89
7	Classificação das concausas.....	92
8	Concausalidades indiretas: Art. 21, II, III e IV, da Lei 8.213/91	93
9	Destinatários da proteção infortunistica.....	96
10	Os excluídos da proteção acidentária.....	105
11	Atividade rural	108
12	Dos benefícios acidentários	111
13	Auxílio-doença-acidentário.....	112
14	Auxílio-acidente.....	123
15	Aposentadoria por invalidez acidentária.....	170
16	Pensão por morte.....	180
CAPÍTULO V – BENEFÍCIOS ACIDENTÁRIOS EXTINTOS		185
1	Do auxílio suplementar – Absorção pelo auxílio-acidente – Direito à revisão.....	185
2	Do pecúlio.....	189
CAPÍTULO VI – DOS SERVIÇOS DA HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL.....		191
CAPÍTULO VII – RETROATIVIDADE OU NÃO DAS NORMAS DO INFORTÚNIO LABORAL.....		197

Aplicação do princípio <i>tempus regit actum</i>	197
CAPÍTULO VIII – DA PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL	205
CAPÍTULO IX – DA AÇÃO ACIDENTÁRIA	207
1 Justiça do Estado.....	207
2 Prévio esgotamento administrativo.....	211
3 Regras de competência: foro do acidente ou domicílio do autor	212
4 Rito sumário.....	213
5 Atuação do Ministério Público – <i>Custos legis</i> – Ilegitimidade para propor ação acidentária.....	218
CAPÍTULO X – MEDIDAS CAUTELARES E TUTELA ANTECIPADA DA LIDE	225
CAPÍTULO XI – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS CONDIÇÕES DA AÇÃO	229
CAPÍTULO XII – DA ASSISTÊNCIA	233
CAPÍTULO XIII – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO EM MATÉRIA ACIDENTÁ- RIA	235
CAPÍTULO XIV – PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO	243
Art. 15, § 4º, da Lei 8.213/91	243
CAPÍTULO XV – PETIÇÃO INICIAL	249
1 Requisitos do pedido inicial.....	249
2 Pólo passivo da ação.....	254
3 Desistência da ação.....	254
4 Gratuidade processual.....	256
CAPÍTULO XVI – DA INSTRUÇÃO DA CAUSA	257
1 Recebimento da petição inicial e citação da parte contrária – Matéria controvertida anteriormente julgada improcedente – Ação repetitiva – Decisão liminar.....	257
2 Provas infortunisticas no rito sumário	260
3 Tabelas e anexos, cunho exemplificativo	261
4 Critérios para aferir a incapacidade	262
5 Prova documental	264
6 Prova pericial	265
7 Inspeção judicial	277

8	Prova testemunhal.....	278
9	Audiência de conciliação, instrução e julgamento – Obrigatoriedade	281
CAPÍTULO XVII – SENTENÇA		283
CAPÍTULO XVIII – HONORÁRIOS DE ADVOGADO.....		287
CAPÍTULO XIX – DOS RECURSOS.....		293
	Considerações iniciais	293
1	Apelação (CPC, arts. 513/521).....	296
2	Agravo (de instrumento ou retido).....	300
3	Embargos infringentes (CPC, arts. 530 a 534).....	306
4	Embargos de declaração (CPC, art. 496, IV; arts. 535 até 538).....	308
5	Recursos Extraordinário e Especial	309
CAPÍTULO XX – DA EXECUÇÃO.....		317
1	Sentença: execução do julgado	317
2	Salário na remuneração por hora – critérios de atualização	318
3	Estabelecimento ou não de um teto para o valor do benefício acidentário	320
4	Memória de cálculo: iniciativa do autor ou contador judicial	325
5	Juros de mora	327
6	Prerrogativas da autarquia na fase de execução de sentença.....	330
7	Implantação do benefício – Obrigação de fazer – Multa diária	332
8	Precatório	333
CAPÍTULO XXI – MODELOS DE INICIAIS.....		335
CAPÍTULO XXII – ESPÉCIES DE BENEFÍCIOS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL		391
CAPÍTULO XXIII – SÚMULAS RELACIONADAS À MATÉRIA DE ACIDENTES DO TRABALHO		395
1	Supremo Tribunal Federal	395
2	Superior Tribunal de Justiça.....	398
CAPÍTULO XXIV – SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO		403
ÍNDICE ALFABÉTICO		405